

Legislação

A. Legislação nacional publicada, em matéria societária de abril a junho de 2012

1. Resolução da Assembleia da República n.º 43/2012, de 10 de abril

Recomenda ao Governo que, no âmbito da revisão do Regulamento n.º 1060/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de setembro de 2009, promova uma actualização do quadro regulatório que enforma a actividade das agências de notação financeira.

2. Lei n.º 16/2012, de 20 de abril

Procede à sexta alteração ao Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, simplificando formalidades e procedimentos e instituindo o processo especial de revitalização.

3. Lei n.º 19/2012, de 8 de maio

Aprova o novo regime jurídico da concorrência, revogando as Leis n.ºs 18/2003, de 11 de junho e 39/2006, de 25 de agosto e procede à segunda alteração à Lei n.º 2/99, de 13 de janeiro.

4. Portaria n.º 150-A/2012, de 17 de maio

Define os procedimentos necessários à execução da Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro, no âmbito de operações de capitalização de instituições de crédito com recurso a investimento público.

5. Decreto-Lei n.º 11/2012, de 23 de maio

Altera os limites legais de participação no capital social do operador da Rede Nacional de Transportes de Electricidade, no capital social das empresas

concessionárias da Rede Nacional de Transporte, Infraestruturas de Armazenamento e Terminais de GNL e no capital social do operador da Rede Nacional de Transporte de Gás Natural.

B. Outros documentos relevantes, em matéria societária de abril a junho de 2012

1. *Código de Governo das Sociedades do Instituto Português de Corporate Governance*

Foi apresentado durante o mês de Maio e submetido a discussão pública o Projecto de Código de Governo das Sociedades do Instituto Português de Corporate Governance, que pode ser consultado em <http://www.cgov.pt>.

2. *Consulta Pública sobre a transposição das Diretrizes 2010/73/UE e 2004/109/CE, do Parlamento e do Conselho*

A CMVM submeteu a consulta pública o anteprojecto legislativo que visa transpor para a ordem jurídica nacional a Diretriz 2010/73/UE, relativa ao prospecto a publicar em caso de oferta pública de valores mobiliários ou da sua admissão à negociação, assim como a Diretriz 2004/109/CE, relativa à harmonização dos requisitos de transparência no que se refere às informações respeitantes aos emitentes cujos valores mobiliários estão admitidos à negociação num mercado regulamentado. A consulta pública decorreu até ao dia 4 de Junho de 2012.

F.M.C.